

**A CONCEPÇÃO MODERNISTA DO *CAMPUS* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS  
GERAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970**

**Aline Werneck Barbosa de Carvalho, Italo Itamar Caixeiro Stephan, Luiz Fernando Reis**

Professores Doutores | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo | Av. P. H. Rolfs, s/n., *Campus* UFV, 36570-000,  
Viçosa, MG, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: A.W.B.  
CARVALHO | *E-mail*: [alinewbc@gmail.com](mailto:alinewbc@gmail.com)

Recebido em 16/3/2011, rerepresentado em 20/12/2011 e aceito para publicação em 26/1/2012

# **A CONCEPÇÃO MODERNISTA DO *CAMPUS* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970**

## **INTRODUÇÃO**

Neste artigo propõe-se uma reflexão acerca da concepção modernista do *campus* da Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizado em Viçosa (MG), cuja estrutura físico-territorial foi fortemente influenciada pelas diretrizes apresentadas no Plano de Desenvolvimento Físico elaborado para o período 1970-1979. Partiu-se da premissa de que o reconhecimento das qualidades morfológicas e a compreensão dos princípios estruturadores do traçado do *campus* de Viçosa, altamente influenciados pelos paradigmas do urbanismo moderno, assumem especial relevância para o delineamento de ações visando ao planejamento físico e ambiental da UFV, considerando-se o atual contexto da política de Ensino Superior no Brasil, que exige das universidades públicas o planejamento institucional e físico-territorial, por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA).

Criada em 1921 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e transformada em Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) em 1948, a instituição foi federalizada com a denominação de Universidade Federal de Viçosa em 8 de maio de 1969, por disposição do Decreto-Lei nº 570/1969 (Brasil, 1969).

A federalização ocorreu num momento de expressivo crescimento e aparelhamento das universidades brasileiras, porém inserido num contexto de forte centralização polí-

tica, correspondente ao período de ditadura militar. Em 1967 fora firmado o primeiro de uma série de acordos que iriam marcar o rumo da implantação de universidades no Brasil: o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exigia como contrapartida das universidades a elaboração de um plano diretor (Alves, [19--?]). Assim, na década de 1970 muitos *campi* foram planejados conforme a concepção modernista, com base em diretrizes e configurações espaciais afinadas com a ideia de “cidade funcional”.

Além disso, a Reforma Universitária de 1968, consubstanciada no Decreto-Lei nº 5.540, apontou duas medidas que “[...] tiveram reflexos diretos na configuração dos novos edifícios dos diversos *campi*: a criação dos institutos e dos departamentos e o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (Cunha, 2000, p.182). De acordo com essa orientação, adotou-se no *campus* de Viçosa a estrutura de Centros de Ciências e de Departamentos. Essa estrutura refletiu-se nas edificações, que passaram a ser construídas para abrigar os distintos departamentos em prédios próprios, distribuídos pelo *campus*.

Para cumprir uma das exigências do Contrato de Empréstimo do BID ao governo brasileiro, em 1970 foi elaborado o primeiro plano diretor do *campus* da UFV — o Plano de Desenvolvimento Físico. Obedecendo ao paradigma do urbanismo racionalista difundido pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), as diretrizes desse Plano visavam estabelecer um zoneamento de uso e reforçar os traços modernistas já presentes na forma e na implantação dos edifícios, eliminando-se algumas vias e ampliando-se as áreas livres em torno deles. Pode-se dizer que a concepção modernista prevista pelo Plano está presente e pode ser claramente identificada no traçado e na paisagem do *campus*, embora algumas diretrizes não tenham sido implementadas.

Visando compreender a lógica formal que orientou essa ocupação e a influência modernista nela presente, inicia-se este artigo com uma breve consideração a respeito do conceito de *campus*, seguida da análise dos princípios ordenadores do traçado urbanístico do *campus* da UFV, contidos no Plano de Desenvolvimento Físico de 1970. Trata-se de uma análise morfológica, em que se procura identificar o modo como os principais elementos morfológicos que compõem a estrutura espacial do *campus* — o traçado, os edifícios, as quadras e a vegetação — posicionam-se, organizam-se e articulam-se para constituir o espaço urbano<sup>1</sup>.

### **O CAMPUS COMO CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA**

O conceito de *campus*, tal como foi concebido nos Estados Unidos da América, influenciou a concepção pedagógica da UFV desde sua implantação, na década de 1920, até sua concepção urbanística, cujos princípios racionalistas modernistas foram reforçados a partir do Plano Diretor de 1970.

Sob o aspecto pedagógico, adotaram-se os princípios dos *colleges* e das escolas rurais norte-americanas (Borges & Sabioni, 2004; Borges *et al.*, 2006). Enquanto na

Europa as universidades surgiram como instituições eminentemente urbanas, nos Estados Unidos, ao contrário, o ensino superior assumiu a concepção de *colleges* e *universities* como comunidades em si mesmas, isto é, como “pequenas cidades”, dotadas de dormitórios, refeitórios e espaços recreativos, localizados nos limites da cidade ou no campo. Para Pinto e Buffa (2006), foi o princípio de que as universidades deveriam funcionar no campo, longe das cidades, que deu origem à expressão “*campus* universitário”. A ideia de *campus* passou a representar o local por excelência do trabalho acadêmico e universitário, constituindo ele verdadeira cidade cercada pela malha urbana, com território e regras próprias, e equipado para cumprir seus objetivos voltados para a formação de dirigentes, a pesquisa e a produção científica. Entretanto, ao ser transferido para outros países, o modelo sofreu adaptações.

No Brasil, o ensino superior leigo teve início com a chegada da família real portuguesa, no início do século XIX<sup>2</sup>. Embora vários cursos e escolas tenham sido criados ao longo desse século, o ensino superior brasileiro foi marcado pelo crescimento de escolas isoladas, o que se observa até a primeira metade do século XX (Malta, 1986; Mendonça, 2000). No decorrer do período, houve várias tentativas de criação de universidades; no entanto, foi apenas após as rápidas e profundas transformações ocorridas a partir dos anos 1960, especialmente no setor federal, que o espaço universitário passou a organizar-se em *campi*. A influência das universidades norte-americanas, com sua tipologia de *campus* e de cidade universitária, transformou-se então no principal modelo de organização do espaço universitário no Brasil, sendo aceito pelo Conselho Federal de Educação e apoiado pelas fontes de financiamento internacional, sobretudo norte-americanas. Nesse contexto foi também criada a denominação “cidade universitária”, entendida como uma “pequena cidade”, apartada das “cidades regulares”, cujo núcleo seria capaz de oferecer atividades de ensino, abrigar centros de pesquisa, acolher alunos e professores e oferecer os serviços que qualquer cidade oferece (Cunha, 2000).

### O *CAMPUS* COMO SISTEMA COMPOSITIVO

Montaner (2008) trata o *campus* como uma forma urbana complexa, um sistema compositivo racionalista criado pelos mestres do Modernismo, inspirado na *Ágora* grega e na tradição dos *campi* universitários. Ainda para Montaner (2008, p.32, tradução nossa):

O sistema compositivo urbano em forma de *campus* é muito diferente da cidade tradicional densa, construída com ruas e quarteirões, definida de maneira determinante pelos percursos e continuidades, e que cresce mediante repetições. A forma de *campus* é aberta e integra a natureza; nela predominam as formas isoladas e conexas, relacionadas entre si pela distância e pelo vazio. Em sua composição devem seguir-se regras internas e próprias que exigem uma nova disciplina que não foi definida por nenhuma tradição ou academia.

Essa tipologia urbanística, tal como descrita por Tyrwhitt *et al.* (1961) e Montaner (2008) foi proposta em vários projetos de centros cívicos, *campi* universitários e cidades industriais para cidades latino-americanas<sup>3</sup> na década de 1940, a maioria deles não realizada.

Influenciados pelo Movimento Moderno da Arquitetura e do Urbanismo, os primeiros projetos de *campus* adotaram a ideia de zoneamento, procurando-se agrupar os edifícios em função de suas especialidades. Foram concebidos como o local, por excelência, do trabalho acadêmico e universitário, constituído por um território próprio e delimitado, com administração independente, normas, regras e padrões específicos, que abriga espaços de ensino e pesquisa, e que reúne alguns serviços fundamentais, como refeitório, alojamento, farmácia, biblioteca, serviços de papelaria, dentre outros.

Em termos urbanísticos, o *campus* corresponde a uma forma urbana complexa, onde a área aberta existente entre os edifícios é a grande protagonista do espaço, articulando e estabelecendo as relações formais e funcionais entre os edifícios de tipologias arquitetônicas e programáticas diversas.

Na verdade, os *campi* e as propostas de cidades universitárias constituíram um desafio novo para urbanistas, arquitetos e educadores, pois não existia nenhum exemplo de cidade totalmente planejada voltada especificamente ao ensino e à pesquisa.

## O LEGADO MODERNISTA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970

O traçado e o planejamento físico do *campus* da UFV estão relacionados com a história da instituição e com o seu processo de expansão didático-pedagógica.

De acordo com o relatório elaborado pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa<sup>4</sup>, chefe da Comissão de Construção da ESAV, o primeiro passo dado pelo governo de Minas Gerais para a fundação da instituição foi organizar o Plano Geral do estabelecimento, cujo plano de construção “[...] constava do edifício principal, do dormitório, de vinte abrigos ruraes, de uma residência para o Director e tres para professores e uma grande avenida” (Borges & Sabioni, 2004, p.5).

Também foi elaborado um Plano de Viação, que estabelecia as bases do traçado viário do *campus*, com a definição das vias principais e dos serviços de água, esgoto e iluminação. Consta do Relatório de Bello Lisboa<sup>5</sup> que a avenida de ligação com a cidade — Av. P.H. Rolfs — foi projetada paralela à linha da Estrada de Ferro Leopoldina, com 20m de largura no interior do *campus*, e 15m de largura no trecho que se estende desde sua entrada até o Largo do Rosário, no centro da cidade. Em ambos manteve-se a largura de 10m entre as sarjetas, deixando-se no primeiro trecho uma largura de 5m de cada lado para os passeios, e, no segundo, reduzindo-se os passeios para 2,50m. Também nessa época definiu-se a arborização ao longo da avenida. No interior do *campus* foram plantadas duas fileiras de árvores, uma de palmeiras e outra de magnólias, sendo a distância entre as fileiras de 3,60m, e, entre árvores, de 8m.

Nesse período construiu-se ainda um eixo perpendicular à Av. P.H. Rolfs, constituído pela estrada que servia às seções de Zootecnia, Veterinária e Agronomia. A via, hoje denominada Av. da Agronomia, era toda arborizada, parte com palmeiras e parte com pinheiros do Paraná. Também foi aberta uma estrada paralela à avenida principal, mais tarde denominada Av. Purdue (Borges & Sabioni, 2004).

Assim, a estrutura viária principal do *campus*, isto é, os três principais eixos estruturadores — a linha férrea, a Av. P.H. Rolfs e a Av. da Agronomia — já estavam definidos nesses primeiros documentos, bem como a localização dos principais edifícios, estabelecendo-se sua relação com o traçado viário. A Figura 1 ilustra uma vista aérea do *campus* da ESAV em 1930, onde se observam os eixos viários principais: a Av. P.H. Rolfs e a Av. da Agronomia. Na figura também se destacam os dois principais edifícios construídos no início da década de 1920 — o Edifício Principal (atual Edifício Arthur Bernardes) e o Dormitório (Edifício Bello Lisboa), interligados por um amplo espaço aberto, que permanece ainda hoje.

Em 1970, já no contexto da federalização da instituição, um novo documento foi elaborado com a finalidade de orientar o crescimento do *campus*. Esse plano, concebido como um Plano de Desenvolvimento Físico, foi encomendado ao arquiteto Cláudio Augusto de Magalhães Alves<sup>6</sup>, na gestão do então Reitor Edson Potsch Magalhães<sup>7</sup>, tendo sido posteriormente aprovado pelo BID e pela Comissão Especial (CEPES) para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (Alves, [19--?]). Trata-se de um documento sintético e conciso, elaborado num único volume, abrangendo o diagnóstico e a proposta. O diagnóstico contém informações sobre os aspectos administrativos e físicos da instituição, enquanto a proposta trata das obras de infraestrutura (sistema viário e saneamento), zoneamento e desenvolvimento das instalações (prioridades).

O Plano de Desenvolvimento Físico de 1970 reforçou a estrutura viária já delineada no Plano de Viação, adotando-a como ordenadora da implantação das edificações e



**FIGURA 1** – Vista aérea do *campus* da ESAV (1930).  
**Fonte:** Borges & Sabioni (2004).

dos espaços abertos entre elas, estabeleceu um zoneamento de uso e reforçou os traços modernistas já presentes na forma e na implantação dos edifícios, eliminando algumas vias e ampliando as áreas ajardinadas.

### OS PRINCÍPIOS ORDENADORES DO TRAÇADO URBANÍSTICO DO *CAMPUS* DE VIÇOSA

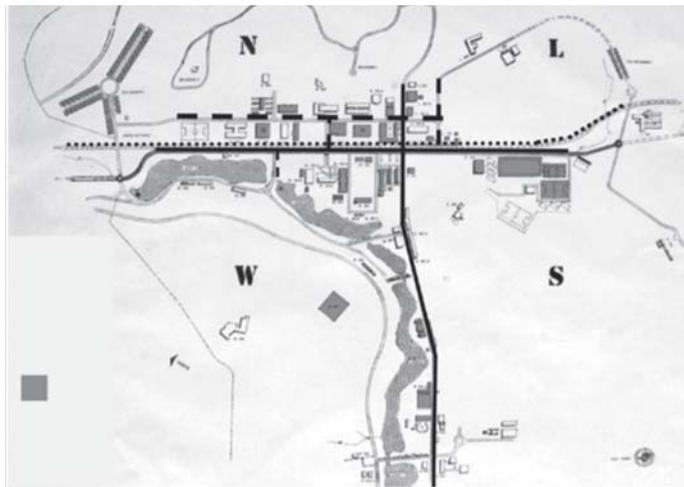
O Plano de Desenvolvimento Físico de 1970 insere-se num momento em que a arquitetura e o urbanismo modernos brasileiros já estavam consolidados e reconhecidos no panorama mundial. Conforme Zein (2003, p.56), naquela época, os arquitetos estavam convencidos das “bondades da cidade moderna para fazer face ao ‘caos urbano’ — que resultaria, segundo acreditavam, da incapacidade do tecido urbano tradicional de responder a certas questões da atualidade [...]”.

De fato, no período compreendido entre 1920 e 1960, o Movimento Moderno traduzia-se na busca de uma nova forma que se contrapunha à da cidade tradicional (Pinheiro, 2006). O novo ideário pautado nos princípios do urbanismo modernista foi introduzido no meio acadêmico e profissional do Brasil<sup>8</sup> a partir de conferências, congressos e exposições internacionais, bem como por meio de livros e artigos publicados em revistas especializadas e na contratação de técnicos e/ou urbanistas estrangeiros para a elaboração de pareceres e planos. Entretanto, a presença das ideias estrangeiras não se fez sem determinadas adaptações. Leme (2009) aponta que foram diferenciadas as formas de recepção, assimilação, produção e difusão do conhecimento. Reflexões críticas recentes têm mostrado que, mais do que a mera transposição de modelos urbanísticos, ocorreu um processo complexo de apropriação e adaptação das ideias urbanísticas pelos profissionais brasileiros, à medida que se consolidava o ensino e a organização do exercício da prática profissional (Pechman & Ribeiro, 1996; Leme, 2009)<sup>9</sup>.

Esse novo ideário está expresso no Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, que incorpora uma série de elementos comuns a outros planos de influência modernista. Nele estão presentes os mesmos princípios ordenadores do traçado urbanístico apontados por Gorovitz (2002) e Oliveira (2006) nos projetos para a Universidade do Brasil, de Lúcio Costa e Le Corbusier. Esses princípios ou categorias de ordenação plástica são a axialidade, a relação das partes entre si e com o todo, e o traçado regulador.

A axialidade é o principal fator de ordenação do traçado e da disposição dos edifícios do *campus* de Viçosa: três grandes eixos na direção NO-SE (a Av. P.H. Rolfs, a Av. Purdue e a linha férrea), cortados por um grande eixo aproximadamente perpendicular (Av. da Agronomia). A direção dos dois principais eixos viários segue claramente a orientação da linha férrea preexistente, que é incorporada como parte integrante do sistema viário e da paisagem do *campus*. Já o terceiro grande eixo marca a ortogonalidade, que é posteriormente acompanhada pelos eixos viários de menor importância funcional e simbólica (Figura 2).

A segunda categoria modernista de que trata Gorovitz é a “comodulação”, entendida como a relação das partes entre si e com o todo. Nesse caso, no projeto do *campus* UFV — Viçosa destaca-se a volumetria dos edifícios, concebidos como volumes prismáticos dota-



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – CAMPUS – VIÇOSA**

- ..... Linha férrea
- Principais eixos estruturadores do traçado urbanístico: Av. P. H. Rolfs e Av. da Agronomia
- Av. Purdue e eixos estruturadores secundários

**FIGURA 2** – Proposta do sistema viário. Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, com indicação dos principais eixos estruturadores do espaço. Fonte: Alves ([19--?]).

dos de linguagem e identidade formal próprias, destacados uns dos outros pela amplitude dos espaços livres entre eles.

A tipologia de *campus*, descrita por Montaner (2008), é claramente identificável: destacam-se a proporcionalidade e o equilíbrio entre os volumes isolados e a diversificação que confere identidade a cada peça autônoma. São as vias e os caminhos que organizam o espaço aberto existente entre os volumes.

A lógica formal do *campus* não é apreendida de uma só vez pelo observador, que vai percebendo os edifícios ao longo do seu deslocamento, seguindo uma métrica espacial marcada pelo ritmo dado pelo espaçamento uniforme das árvores e pela implantação dos edifícios ortogonalmente ao eixo da avenida principal. Não existe uma hierarquia entre os edifícios, mas há importantes marcos visuais ao longo do percurso dos eixos viários principais, decorrentes das características arquitetônicas e da importância histórica das edificações, como o Edifício Arthur Bernardes e o Edifício Bello Lisboa.

Essas características permanecem ainda hoje (Figura 3), onde se tem a vista aérea do *campus* com a cidade ao fundo, destacando-se a axialidade marcada pela Av. P.H. Rolfs e a disposição cartesiana dos edifícios.

O traçado viário, de amplas avenidas e visuais, contrasta claramente com o traçado tradicional da cidade, estabelecendo, a partir da entrada do *campus* (simbolicamente marcada pelo monumento denominado “Quatro Pilastras”), uma forte ruptura na paisagem urbana. A ruptura vai além do aspecto meramente paisagístico e formal, criando, muitas vezes, uma barreira entre “os dois lados da cidade”: a cidade caótica e a cidade organizada.

Por fim, não se estabelece uma malha ortogonal rígida. Ao contrário, o Plano de 1970 elimina várias pequenas vias perpendiculares à Av. P.H. Rolfs, por considerá-las redundantes. Assim, a trama proposta:

[...] elimina a proliferação de ruas, os quarteirões estanques, possibilita a desejável fluidez do tráfego (o gabarito adotado é de 10 metros) e define duas grandes praças de cada lado do edifício Símbolo [o Edifício Arthur Bernardes], que será o centro cívico-comunitário da Universidade. Estas praças abertas deverão ser tratadas à maneira de um fórum ou ágora, pontos de encontro e lazer da população universitária e de sua integração com a cidade (Alves, [19--?]).

Entretanto, ainda assim o padrão ortogonal é sutilmente identificável, embora não constitua o principal elemento ordenador e regulador do traçado, que é claramente estabelecido pelos eixos viários e pelos edifícios simbólicos, já que o limite das quadras não é tão facilmente perceptível ao observador.

Além do traçado de inspiração modernista, o Plano de 1970 propõe um zoneamento de usos, separando as áreas de administração, moradia, esporte/lazer e ensino, assim como confere às edificações importante papel como elemento de composição arquitetônica. Estas distinguem-se pela diversidade de tipologias, que não competem entre si, mas, ao contrário, complementam-se. Algumas se destacam menos por sua escala e mais por sua importância histórica ou característica arquitetônica, como os edifícios mais antigos, de gosto eclético, e os edifícios modernistas construídos entre 1940 e 1960.

Por outro lado, o espaço livre entre os edifícios, conformando grandes espaços abertos ajardinados, as represas e o paisagismo ao longo da avenida principal constituem os elementos principais que impactam o visitante logo à entrada do *campus*, seja pela beleza cênica, seja pela sensação de amplitude provocada pelas visuais abertas e pela falta de limites laterais. O espaço livre é mais do que cenário: é tão ou mais importante do que os próprios edifícios, servindo-lhes de suporte e estabelecendo as relações espaciais entre eles.



**FIGURA 3** – Vista da área central do campus da UFV-Viçosa (2008).

**Fonte:** Acervo da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa.

Também esta característica pode ser identificada na descrição da tipologia de *campus* feita por Montaner (2008, p.33, tradução nossa): “Quem projeta um *campus* age como um escultor de volumes, dos vazios intersticiais, das plataformas e vias, das lagoas e jardins, e dos espaços dentro destes volumes. No *campus*, o protagonista é o contexto, o espaço livre”.

Tais qualidades urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas conferem ao *campus* da UFV um caráter único, que deve ser reconhecido e preservado nos planos que orientarão o crescimento físico da instituição, especialmente diante do impulso dado recentemente pelo governo federal à expansão das universidades, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>10</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisou-se a configuração espacial do *campus* da Universidade Federal de Viçosa, tendo como fundamento o Plano de Desenvolvimento Físico de 1970. Apesar de tratar de um estudo de caso, seu propósito mais amplo foi contribuir para a ampliação do estado da arte sobre a influência dos paradigmas do Movimento Moderno na configuração espacial dos *campi* universitários no Brasil, mediante a identificação dos princípios modernistas que ordenaram a sua concepção espacial: a axialidade como principal elemento estruturador do traçado viário e da disposição dos edifícios e do paisagismo; a relação cartesiana e equilibrada dos volumes prismáticos, entre si e com o todo; as grandes áreas livres e a ruptura com o padrão ortogonal rígido, pela eliminação de algumas ruas e quarteirões e pela implantação autônoma dos edifícios em meio a amplos jardins.

Assim como ocorreu no final dos anos 1960, em que a elaboração de um plano diretor era a contrapartida exigida para a assinatura dos contratos de empréstimo junto ao BID, hoje, com o REUNI, exige-se das universidades federais a elaboração de um plano de desenvolvimento físico capaz de orientar a nova expansão dos *campi* universitários. Nesse contexto, o reconhecimento do valor arquitetônico e urbanístico do *campus* da UFV e a preservação da lógica formal subjacente à sua configuração espacial constituem elementos essenciais para o delineamento de diretrizes e ações visando a seu planejamento físico e ambiental.

## NOTAS

1. Sobre a morfologia urbana ver: Lamas, J.M.R.G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Panerai, P. *Análise urbana*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
2. Fala-se em “ensino leigo” porque, antes da chegada de Dom João VI, os jesuítas já ofereciam curso superior de Teologia em alguns de seus colégios, destinado a preparar os futuros religiosos.
3. A Cidade dos Motores, próxima ao Rio de Janeiro, Brasil (1943-1948); a nova cidade industrial de Chimbote, Peru (1947-1949) e o plano piloto de Bogotá, Colômbia (1950) (Montaner, 2008).
4. O engenheiro Bello Lisboa estudou na Escola de Engenharia de São Paulo e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde concluiu os cursos de Engenharia Industrial, Mecânica e Elétrica (1918) e Engenharia Civil (1919), formando-se ainda como agrimensor e contador. Nessa época, foi responsável por uma reforma urbanística na cidade de Ponte Nova (MG), onde providenciou o abastecimento de água e construiu as duas primeiras pontes de

concreto armado, que ainda existem. Nomeado Engenheiro do Estado em 5 de agosto de 1922, foi designado para a construção da ESAV, tornando-se engenheiro-chefe, em dezembro do mesmo ano (Borges & Sabioni, 2004, p.v). Sua atuação insere-se na discussão empreendida por Leme (1999) sobre o papel dos engenheiros e das escolas politécnicas na trajetória do urbanismo no Brasil, no período 1895 a 1930.

5. O Relatório de construção da ESAV constitui um dos documentos históricos mais completos da instituição. Nele estão descritos todos os fatos da administração de Bello Lisboa, com dados exatos extraídos dos livros de contabilidade das obras. O Relatório foi subdividido em capítulos que tratam do histórico, plano geral do estabelecimento, sistema de administração, descrição detalhada de todas as edificações, obras de infraestrutura, campos de experiência de agronomia e outros serviços da escola, sistema de vias e transportes, instalações relativas às redes elétrica, telefônica, de água potável e esgotos, além dos demonstrativos financeiros.
6. O arquiteto foi diretor regional da 7ª Diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — Minas Gerais, na década de 1980.
7. O professor Edson Potsch Magalhães foi o primeiro reitor da UFV, no período de 1969 a 1971.
8. Leme (1999) destaca que, do final do século XIX até a década de 1960, configuraram-se duas linhas de urbanismo no Brasil: uma que se iniciou nos planos de melhoramentos e outra que teve origem no movimento modernista e se difundiu com os Congressos do CIAM.
9. As novas reflexões críticas têm adotado a noção de “resonância” para substituir as antigas noções de influência e, posteriormente, de transferência e tradução dos saberes e práticas profissionais, com o intuito de dar conta da complexidade das formas assumidas na circulação de ideias urbanísticas no Brasil.
10. O REUNI busca ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Sua meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, C.A.M. *Campus da Universidade Federal de Viçosa: plano de desenvolvimento físico*. Viçosa: UFV, [19--?].
- BORGES, J.M.; SABIONI, G.S. (Org.). *Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa*. Viçosa: UFV, 2004.
- BORGES, J.M.; SABIONI, G.S.; MAGALHÃES, G.F.P. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: UFV, 2006.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 570, de 8 de maio de 1969. Institui sob forma de fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 maio 1969. Seção 1, p.3929.
- CUNHA, L.A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA LOPES, E.M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.
- GOROVITZ, M. Os riscos de modernidade. *Revista Projeto*, n.264, p.22-25, 2002.
- LEME, M.C.S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, M.C.S. (Coord.) *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel, 1999. p.20-38.
- LEME, M.C.S. A circulação de ideias e práticas na formação do urbanismo no Brasil. In: PONTUAL, V.; LORETTO, R.P. *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. p.73-92.
- MALTA, M. *Campus universitário brasileiro: algumas questões*. In: TURKIENICZ, B.; MALTA, M. *Desenho urbano: anais do II SEDUR*. São Paulo: CNPq, 1986. p.163-170.
- MENDONÇA, A.W.P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.131-150, 2000.
- MONTANER, J.M. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- OLIVEIRA, R.C. Jogos compositivos na cidade dos prisas: Universidade do Rio de Janeiro 1936. *Revista Arqtexto*, n.9, p.40-53, 2006.
- PECHMAN, R.; RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PINHEIRO, E.P. O desenho da cidade: o movimento moderno e as propostas de uma nova forma urbana entre 1920 e 1960. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. p.1-20.
- PINTO, G.A.; BUFFA, E. *Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros*. 2006. Disponível em: <[http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/519GelsonAlmeidaPinto\\_EsterBuffa.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/519GelsonAlmeidaPinto_EsterBuffa.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2009.
- TYRWHITT, J. et al. (Ed.). *El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la humanidad*. Barcelona: Hoelpli, 1961.
- ZEIN, R.V. *O lugar da crítica: ensaios oportunos de arquitetura*. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2003.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral ampliar o estado da arte sobre os *campi* universitários no Brasil. Propõe-se uma reflexão acerca da concepção urbanística do *campus* da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, o qual contém as diretrizes que conformaram a sua atual estrutura física, fortemente marcada pelos paradigmas do Movimento Moderno da Arquitetura e do Urbanismo. Parte-se da premissa de que o reconhecimento do valor arquitetônico e urbanístico do *campus* da Universidade constitui elemento essencial para o delineamento de diretrizes e ações visando a seu planejamento físico e ambiental. Procura-se identificar as qualidades morfológicas e os princípios estruturadores do traçado do *campus*, de modo a compreender e preservar a lógica formal subjacente a sua configuração espacial. Com a finalidade de construir os fundamentos teóricos necessários à análise da configuração espacial proposta para o *campus* de Viçosa no Plano de 1970, inicia-se este artigo com a discussão do conceito de *campus*, abordado sob duas perspectivas: como concepção pedagógica e como sistema compositivo racionalista, criado pelos mestres do Movimento Moderno. Em seguida, procede-se a uma análise detalhada do traçado do *campus* da Universidade, à luz desses conceitos e dos princípios ordenadores do traçado urbanístico comuns a outros planos de influência modernista adotados na mesma época no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Campus* universitário. Plano de desenvolvimento físico. Plano diretor. Urbanismo moderno.

## **THE MODERN DESIGN CONCEPTS OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CAMPUS: A DISCUSSION BASED ON THE 1970 MASTER PLAN**

### **ABSTRACT**

*The aim of this article was to broaden state-of-the-art knowledge of campus planning in Brazil. Reflection on the urban design of the Universidade Federal de Viçosa campus, located in Viçosa (Minas Gerais), was proposed by analysis of the Master Plan prepared in 1970. This contained guidelines that shaped the current physical structure of the campus, heavily dominated by the paradigms of the Modern Movement in Architecture and Urbanism. Based on the premise that recognition of the architectural and urban value of the University campus is an essential element in designing guidelines and actions with a view to its physical and environmental planning, an effort was made to identify the morphological qualities and structural principles of the campus design, to enable the formal logic underlying its spatial configuration to be understood and preserved. In order to build the theoretical foundations needed to review the spatial configuration proposed for the Universidade Federal de Viçosa Campus in the Plan prepared in 1970, this article begins with a discussion on the concept of campus, addressed from two perspectives: first as a pedagogical concept and then as rational compositional system, created by the masters of the Modern Movement. Then it proceeds to a detailed analysis of the urban design of Universidade Federal de Viçosa Campus in the light of these concepts and principles of urban design common to other plans influenced by the modernist concepts adopted during the same period in Brazil.*

**KEYWORDS:** *University campus. Master plan. Urban planning. Modern movement.*